



# Técnicos de contas só denunciaram uma irregularidade este ano

O número de denúncias ao Fisco e à PJ tem vindo a cair significativamente desde 2011.

Paula Cravina de Sousa  
paula.cravina@economico.pt

Os técnicos oficiais de contas detectaram este ano apenas uma irregularidade nas contas de empresas, que denunciaram à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). O número está em linha com as denúncias feitas em 2011: apenas três. No entanto, estes valores representam uma quebra abrupta face a anos anteriores. Em 2008, por exemplo, foram cerca de 100 as comunicações de irregularidades ou mesmo de crimes fiscais comunicados à AT, ao Ministério Público e a Polícia Judiciária (PJ).



O bastonário dos técnicos oficiais de contas, Domingues Azevedo, diz que a maioria das denúncias referem-se a empresas que não dão as informações necessárias.

Em 2009, a tendência de queda já se fazia sentir e seguiram apenas 50 comunicações. Os técnicos oficiais de contas têm de comunicar àquelas entidades as irregularidades encontradas nas contas das empresas suas clientes, uma vez que podem ser co-responsabilizados pelas mesmas.

A denúncia que foi comunicada este ano diz respeito a uma empresa que não facultou ao técnico oficial de contas os elementos necessários para preencher as declarações de impostos. No ano passado, segundo o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo,

duas das situações comunicadas foram casos semelhantes. Apenas uma teve de ser enviada para a PJ, uma vez que envolvia facturas falsas e incorria em crime fiscal. “Tratou-se de uma empresa que, tendo cessado actividade, continuava a emitir facturas”, explicou o responsável.

Mas como se explica esta quebra de irregularidades, sobretudo numa altura de crise? Domingues Azevedo afirma que poderá haver, por um lado, um aumento do cumprimento das obrigações fiscais e, por outro, uma sofisticação da fraude. No entanto, para o fiscalista Miguel Caetano de Freitas

há outros factores que justificam a descida. Com a crise “houve uma redução do número de empresas, o que fez diminuir o universo potencial de empresas com irregularidades”, considera. Além disso, “poderá haver atrasos no cumprimento das obrigações de pagamento das empresas para com os técnicos oficiais de contas, devido às dificuldades de tesouraria, o que faz com que o serviço acabe por não ser prestado”. Para o fiscalista poderá haver ainda um terceiro factor: “um aumento das sociedades por quotas o que não obriga a ter um técnico oficial de contas”. ■